



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

Assunto: **RELATÓRIO de Diligências Avaliação das Propostas**

1. Trata-se o presente da avaliação das propostas apresentadas e habilitação das licitantes que apresentaram o menor lance na etapa de lances na sessão pública do Pregão Eletrônico nº 01/2021, sendo que os licitantes discriminados a seguir ficaram classificados provisoriamente em primeiro lugar respectivamente em cada Item.

ITEM 1: CAMINHÃO PIPA 15.000 Litros

M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA – CNPJ: 07.811.058/0001-64

Valor Final da Proposta: R\$ 495.000,00

ITEM 2: CAMINHÃO CAHASSI TRAÇÃO 8x4 270CV

M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA – CNPJ: 07.811.058/0001-64

Valor Final da Proposta: R\$ 525.000,00

ITEM 3: USINA DE MICROPAVIMENTO ASFÁLTICO

S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS – CNPJ: 14.055.256/0001-00

Valor Final da Proposta: R\$ 725.000,00

2. Encerrada a etapa de lances e negociação a Sessão foi suspensa com prazo para ser retomada no dia 01/04/2021 às 10:00 horas (horário de Brasília). E no dia 1º, antes de sua retomada voltou a ser suspensa com retomada marcada para é o dia 07/04/2021 às 10:00 horas (horário de Brasília) afim de permitir a realização de diligencias para avaliação dos equipamentos ofertados;

3. Quanto aos itens 1 e 2, após análise da proposta, equipamento ofertado e documentos de habilitação concluiu-se que a Licitante Proponente dos Itens 1 e 2, atendeu os requisitos do edital quanto a habilitação e os equipamentos ofertados atendem. No entanto o valor final da proposta ficou acima do valor estimado no Termo de Referência, de forma que este pregoeiro, em conformidade com o item 10.3. do edital não adjudicará os itens 1 e 2 ao proponente, cuja eventual decisão de aceite caberá à Senhora Presidente.

10.3. O Pregoeiro não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao valor máximo fixado para a aquisição. Cuj a eventual decisão de aceite caberá à autoridade superior.

4. Quanto ao item 3 (usina de micropavimento), este pregoeiro pediu auxilio da Secretaria Executiva, que por sua vez requisitou apoio aos engenheiros WESLEY DE



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIÁVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

SOUSA LOPES, Engenheiro Civil RNP 241228920-4, do Município de Cáceres, e MARCIO MARIANO DA SILVA, Engenheiro Civil CREA RNP 260247512-2, do Município de Glória para análise e avaliação do equipamento ofertado pela Licitante Proponente, Usina de Micropavimento SR9000MP, passando, assim, a compor a equipe técnica de análise e avaliação como previsto no item 24.15 do edital;

4.1. Para fins de avaliação da Usina de MicroPavimento fora disponibilizado: Proposta acompanhada de apresentação com as características técnicas do equipamento ofertado; Apresentação "DSEControl" relativo ao painel operacional com display tela touchscreen; links no YouTube que apresentam o equipamento ofertado; e link da página da SR Equipamentos na internet em que apresenta o produto SR9000MP; e, ainda apresentou a Certificação TPP – 0017/19 emitido pela certificadora CCP-Centro de Certificação de Produtos Ltda-ME que certifica que os Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos em atendimento às Portarias e regulamentos do INMETRO.

4.2. Para fins de diligencia e avaliação, fora solicitado à Licitante enviar o manual e catálogo de peças do equipamento, e ainda a nota fiscal de venda do equipamento vendido à ATLÂNTICO ENGENHARIA LTDA –EPP que forneceu o Atestado de Capacidade Técnica. O que foi imediatamente atendido pela Licitante;

4.3. Em nova diligência fora solicitado à Licitante que enviasse relação das 3 últimas vendas da Usina de Micropavimento Asfáltico do modelo/tecnologia ofertada, devendo constar dados cadastrais do comprador, nome do responsável, telefones, celular, e-mail e cópia da nota fiscal de venda. Solicitação esta que foi prontamente atendida tendo nos enviado 6 (seis) referencias acompanhadas da cópia da nota fiscal de venda;

4.4. Com as informações referenciais, nos permitiu, auxiliado pelo Secretário Executivo Dariu Antonio Carniel, conversar com três referencias (Prefeitura de Curvelo-MG, Consórcio Publico Intermunicipal no Maranhão e empresa Katharina Transportes e Locação de Máquinas Ltda-Me, sediada na Bahia), sendo que todos apresentaram boas referências do equipamento fornecido pela SR Equipamentos, ressaltaram que está atendendo as expectativas, deixando transparecer estarem satisfeitos com a performance do equipamento adquirido.

4.5. Após análise dos catálogos e material apresentado a equipe técnica resolveu agendar uma reunião remota com técnicos do fabricante da Usina ofertada para dirimir eventuais dúvidas da funcionalidade e operação do equipamento. O que foi agendado para acontecer no dia 07/04/2021 às 8:00 horas no horário de Mato Grosso via plataforma Google Meet no link da videochamada: <https://meet.google.com/tff-msbq-fko>.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIÁVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

4.6. Como agendado foi realizada a reunião remota onde participaram a equipe de apoio e equipe técnica do Consórcio, onde participaram, além de mim, pregoeiro, o Secretário Executivo Dariu Antonio Carniel, Ricardo Dela Cruz, e os Engenheiros Wesley e Márcio, também acompanhou a reunião o Secretário Gercílio de Lambari D'Oeste. E da parte da SR Equipamentos, o Sr. Leonardo, o Sr. Silvio Roberto Romanelli Filho acompanhado de diretores técnicos e ainda o Sr. Moacir da Empresa Alfa responsável pela Assistência Técnica da SR no Estado de Mato Grosso.

O Sr. Dariu conduziu a reunião onde após apresentações dos participantes solicitou a SR que fizesse de início a apresentação da usina de micropavimento SR9000MP ofertada. Onde o Sr. Silvio conduziu a apresentação, mostrando em detalhes todos os componentes e suas funcionalidades e durante a apresentação já foi tirando algumas dúvidas da equipe. Inclusive esclareceu que todo o material e processo de fabricação são certificados pelo INMETRO.

Após apresentação o Eng. Wesley questionou sobre o treinamento e capacitação do pessoal operacional, onde foi esclarecido que é feito uma capacitação do pessoal em obra quando da entrega técnica e que normalmente para o trabalho de micro ou lama asfáltica ocupa-se seis pessoas. Wesley também questionou quanto a mesa acabadora sobre abertura e altura e ainda quanto a correção do pavimento, o que foi prontamente esclarecido. Também questionou quanto a proteção do painel de comando e tela display de operação, tendo sido esclarecido que todo o comando é blindado com nível de segurança e proteção no padrão IP 67/69. Também arguiu quanto ao apoio técnico da fábrica na definição do traço do micropavimento. Tendo sido esclarecido que estão prontos a auxiliar nas informações pertinentes, mas que a definição da receita deverá ser feita com base das análises de laboratório, usualmente solicitado do laboratório do fornecedor de emulsão.

Em seguida o Engenheiro Márcio questionou quanto a garantia, assistência técnica e o pós-venda, principalmente quanto a disponibilidade e reposição de peças, inclusive para minimizar dias parados em razão da falta de peças e manutenção. De forma que foi esclarecido pela SR que a fábrica mantém a assistência técnica no Estado de Mato Grosso junto a Empresa ALFA onde está contará com todo o apoio dos técnicos da fábrica e esclareceu que a fábrica mantém sempre um bom estoque de peças de reposição, principalmente de desgastes para atendimento imediato, garantindo a entrega ao Consórcio em no máximo 3 dias quando necessário. Ressaltou ainda que quanto a motor estacionário este é MWM onde há mecânica e peças em todo Brasil de fácil reposição, diminuindo os custos de manutenção. Quanto ao software do sistema eletrônico este tem a garantia, atualização e assistência da fábrica por 5 anos sem custos adicionais.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

Ao final o Secretario Executivo, Dariu, solicitou que fosse enviado ao Consórcio documentos comprobatórios de todo o sistema de certificação do INMETRO quanto aos materiais e processos construtivos do equipamento, principalmente quanto a garantia de integridade, confiabilidade e segurança operacional da usina, e solicitou que seja enviada a apresentação para juntada ao procedimento de diligência e deu por encerrada a videoconferência.

Após o encerramento da videoconferência os membros da equipe técnica manifestaram-se satisfeito com a apresentação e com as características técnicas operacionais do equipamento ofertado pela SR, atendendo às expectativas de todos.

5. Quanto aos requisitos da Habilitação a Licitante S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS atendeu na íntegra o item 12 do edital, e, ainda quanto ao item **5.4.1.** do Termo de Referência a Proponente indicou **Assistência Técnica Autorizada no estado de Mato Grosso**, tendo apresentado a Empresa ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 13.731.784/0004-12 sediada em SINOP-MT.

6. Já quanto ao item **5.3 GARANTIA TÉCNICA E CERTIFICAÇÃO** do TR, a licitante deixou de apresentar o Certificado SIL 2, requerido no item **5.3.2.1.** do Termo de Referência. Tendo apresentado na Proposta de Preço DECLARAÇÃO de que o equipamento ofertado assegura a proteção e garantia à saúde, integridade física e segurança dos operadores, atendendo a NR-12 e outras nos termos das leis de segurança vigentes.

6.1. E como solicitado ao final da videoconferência, a SR encaminhou a esta equipe técnica, DECLARAÇÃO quanto ao atendimento do “NÍVEL DE INTEGRIDADE. SEGURANÇA E RESISTÊNCIA DO EQUIPAMENTO” declarando que atende integralmente as normas vigentes no território nacional em especial as Portarias do INMETRO 118, 252, 91, 16, a NR-12 e, ainda as normas da ABNT NBR 14153/2013, NBR ISO 12100/2013, NBR 15124/2014, ISO 15998/2011, e outras segundo suas especificações e exigências de acordo com cada funcionalidade do equipamento ofertado, detalhando cada um de seus componentes, tendo juntado a Certificação TPP – 0017/19 emitido pela certificadora CCP-Centro de Certificação de Produtos Ltda-ME que certifica que os Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos em atendimento às Portarias e regulamentos do INMETRO. E para fins de comprovação de suas práticas em todo o processo construtivo, fez encaminhar junto a Declaração seus regulamentos e procedimentos internos como a IA 005 – Instrução Administrativa que trata dos Procedimentos de Segurança do Trabalho, e outras nove IT (instruções de trabalho) que tratam dos diversos procedimentos na fabricação dos equipamentos, como 01 Controle de Qualidade, 02 Recebimento de Materiais, 07 Inspeção na Construção de Equipamento, e outras, que seguidas



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIABAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

propiciam a certificação e obtenção da qualidade. Também juntou alguns relatórios de inspeção e até mesmo certificado de treinamento de gestão de riscos.

7. Em pesquisa realizada observou-se que o Certificado SIL2 é um nível de integridade de segurança de acordo com a norma internacional IEC 61508 que especifica quatro níveis de segurança, onde o SIL (1) é o mais baixo nível de integridade de segurança e o SIL (4) é o mais alto nível de segurança.

7.1. Embora o nível de integridade de segurança SIL (2) médio, esteja baseado na norma internacional, os equipamentos fabricados no Brasil estão sujeitos às leis e normas brasileiras, que também seguem as normas internacionais, a exemplo da NR-12 que define a segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, normatizada pelo MTE.

“12.1. Esta Norma Regulamentadora e seus anexos definem referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos, e ainda à sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas, sem prejuízo da observância do disposto nas demais Normas Regulamentadoras – NR aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, nas normas técnicas oficiais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais aplicáveis.”

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/trabalhista/nr/nr12.htm>

7.2. E, ainda, durante o período de diligência nos foi possível constatar que embora conste no Termo de Referência a exigência quanto à apresentação do certificado SIL2 para atestar um nível médio de integridade e segurança operacional do equipamento, este requisito **NÃO** consta do Termo de Referência aprovado junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que é o órgão concedente dos recursos do Convênio nº 905189/2020. E que, o equipamento SR9000MP ofertado pela SR Equipamentos, foi apresentado, junto com outros dois equipamentos das fabricantes ROMANELLI e LDA, como referencial para Termo de Referência aprovado pela SUDAM.

E, embora o Termo de Referência do Edital publicado tenha exigido um certificado específico (SIL2), este foi no sentido de assegurar que o equipamento ofertado atenda os requisitos de **“Integridade, Segurança e Resistência do Equipamento: objetivando assegurar a proteção e garantir a saúde, integridade física e segurança dos operadores, o equipamento deverá apresentar o menor nível de falhas operacionais possíveis e evitáveis como preconizado pela NR-12”**.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

Assim, por todo o diligenciado, e documentos comprobatórios enviado pelo fabricante do equipamento, inclusive os relacionados ao processo de certificação do INMETRO nos dão segurança para concluir que o equipamento ofertado atende aos requisitos solicitados no edital, inclusive quanto *“Integridade, Segurança e Resistência do Equipamento: objetivando assegurar a proteção e garantir a saúde, integridade física e segurança dos operadores”* ao atender a norma NR-12. E, tendo a S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS cumprido com os requisitos da habilitação, **DECIDO pelo ACEITE da Proposta.**

São José dos Quatro Marcos-MT, 07 de abril de 2021.

Danilo Ricardo Pivetta
Pregoeiro - Portaria 17/2021

Ricardo Santos Dêla



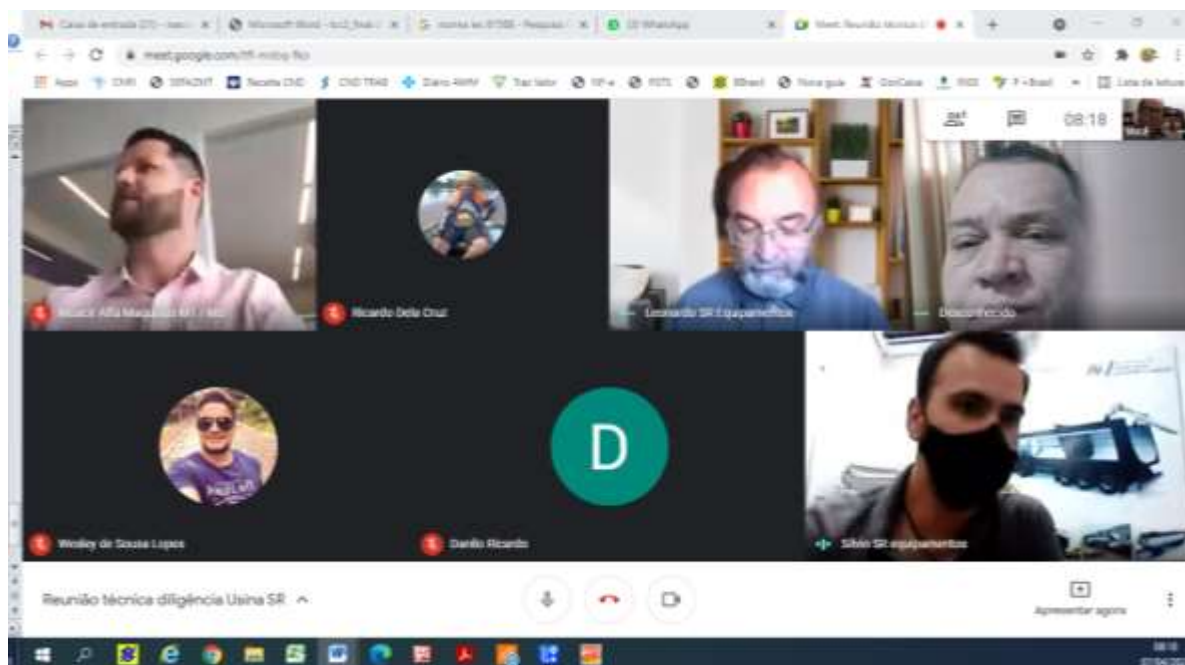
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

Print's da Vídeo Conferência realizada.



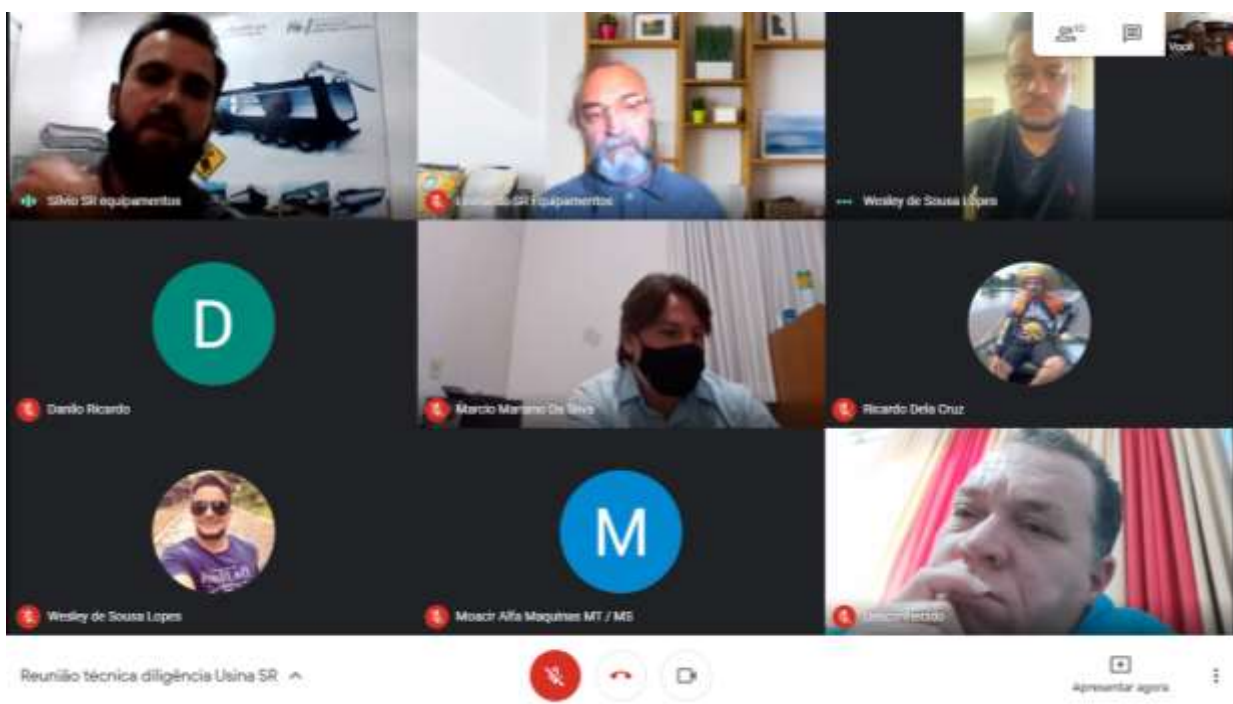
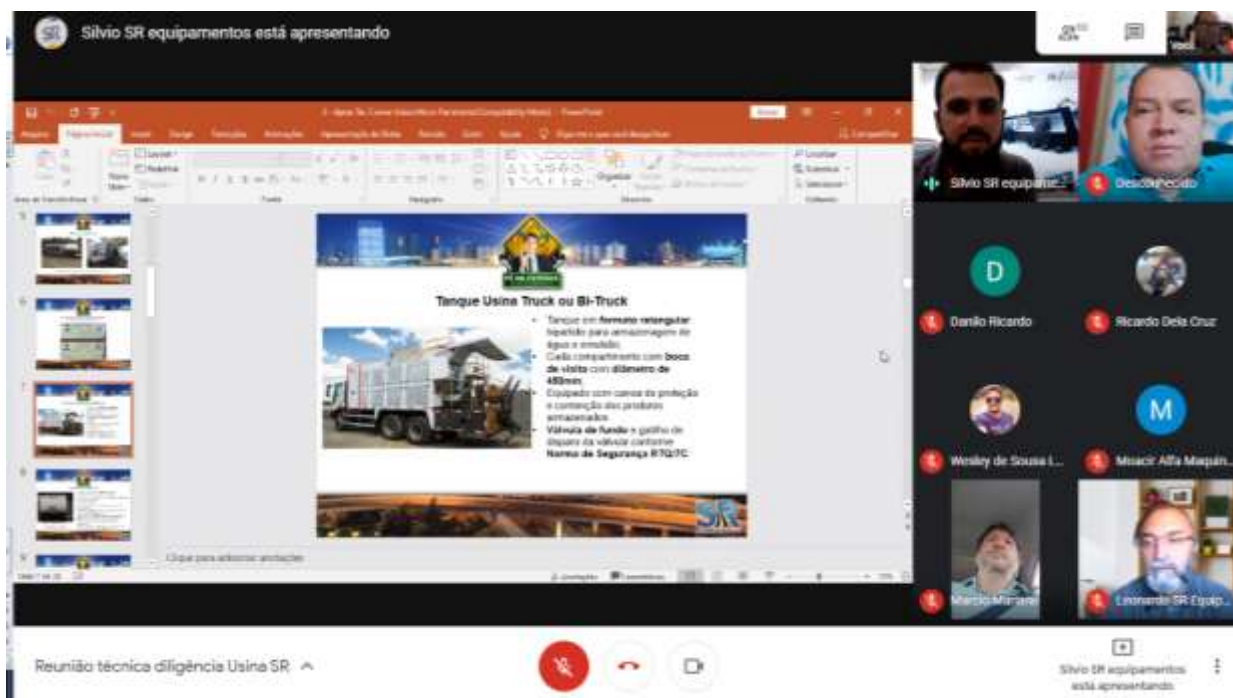


CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIÁVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07



PARECER JURÍDICO Nº 010/2021/CINP

Temática: Recurso contra o aceite de proposta ao item 3 do Pregão Eletrônico Nº 01/2021 (Processo Licitatório Nº 004/2021), qual seja, uma usina de micropavimento asfáltico.

RELATÓRIO

QUEIROZ TELES

ADVOCACIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ASSOCIADA

‘*Ab initio*’, este parecerista gostaria de externar congratulações aos ilustríssimos colaboradores diretos e indiretos do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal pelo ótimos trabalhos desenvolvidos, os quais refletem critério qualitativo em nível de excelência.

Prestados os singelos tributos, se adentra ao tema do presente opinativo, qual seja, Recurso Administrativo interposto (pela licitante “ROMANELLI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA”) contra a decisão do Pregoeiro em aceitar a proposta de menor valor ofertada por outra proponente (concorrente “S.R. ROMANELLI FILHO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA”), tendo aquela primeira proposto inicialmente R\$ 990.000,00 pelo item 3 do edital (usina de micropavimento asfáltico) e se abstido em apresentar novos

lances na sessão e tendo esta segunda apresentado proposta inicial de R\$ 770.000,00 e após lances apresentou proposta final de R\$ 725.000,00.

Em epítomo: irresignação que deve ser iminentemente julgada, seja pela procedência da razões recursais da Recorrente ou pelo acolhimento das contrarrazões da Recorrida.

Conjuntamente, foram enviados para esta análise:

- comunicado interno solicitando análise jurídica e emissão do respectivo parecer;
- edital;
- relatório da diligência para avaliação das propostas;
- razões recursais;
- contrarrazões;

Eis o necessário relato.

FUNDAMENTAÇÃO

Se ressalte, que o objeto desta aquisição é triplo, os sendo um caminhão tipo “Pipa” com tanque acoplado de capacidade para 15mil litros de armazenamento, um caminhão com tração em 04 das 08 rodas e potência de 270cv e uma usina de micropavimento asfáltico.

Quanto aos primeiro e segundo objetos, o Pregoeiro seguiu o Item 10.3 do Instrumento Convocatório, ou seja, não aceitou/adjudicou item (ns) cujo (s) preço (s) seja (m) superior (es) ao (s) valor (es) máximo (s) fixado (s) para a aquisição, sendo a eventual decisão de aceite cabida à autoridade superior, quem seja, a ilustríssima Presidente deste Consórcio Intermunicipal.

No caso em comento, restou oportunizado o exercício do caráter subjetivo da precificação, podendo o profissional determinar o preço que sobre seu serviço/produto ele analisar como sendo o melhor, em razão dos Princípios Constitucionais da Livre Concorrência e da Livre Iniciativa, os quais podem ser utilizados por todos e quaisquer profissionais (quem assumem os riscos da atividade econômica).

Neste espectro, a suprema Constituição Federal prevê em seus Artigos 1º, Incisos IV e XIII, 70, ‘Caput’, 170, Incisos II, IV e IX e Parágrafo Único e 173, Inciso III e § 4º da Constituição Federal, senão veja-se:

*“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)”*

*“ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;”*

“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

II - propriedade privada;

IV - livre concorrência;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)”

“Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;
§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.”

A propósito, o Princípio Constitucional da Economicidade (Artigo 70, ‘*Caput*’ da CF supra exposto) é obrigatório na administração pública, ou seja, compulsoriedade para obtenção do resultado esperado com o menor custo possível, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço com os bens públicos, compatível no caso em comento (*‘prima facie’*), inclusive, sendo o menor preço (contratação mais vantajosa) o critério de julgamento o mais adequado a ser ora utilizado por não se tratar de singularidade nem exclusividade.

Sob esse prisma, a Recorrente (“ROMANELLI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA”) propos inicialmente R\$ 990.000,00 pelo item 3 do instrumento convocatório (usina de micropavimento asfáltico) e se abstido em apresentar novos lances na sessão, por sua vez, a Recorrida (“S.R. ROMANELLI FILHO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA”) lançou oferta inicial de R\$ 770.000,00 e após lances apresentou proposta final de R\$ 725.000,00.

Celeremente ora se expõe, que a zelosa diligência realizada pela equipe licitatória deste Pregão Eletrônico (01/2021) encontra previsão legal em três norma infraconstitucionais, quais sejam, no Artigo 9º da Lei Ordinária Federal Nº 10.520/2002, no Artigo 43 da Lei Ordinária Federal Nº 8.666/1993 e no Artigo 47 do Decreto Federal Nº 10.024/2019, bem como, nos Itens 24.14 e 24.15 do Edital deste processo de licitação.

E foi exatamente quanto ao objeto ou item 3 que fora executada diligência através de reunião remota com técnicos fabris da ofertada usina de micropavimento asfáltico para dirimir eventuais dúvidas da funcionalidade e operação do equipamento, tendo ocorrido às 08hr (horário local) de 07/04/2021 no horário de Mato Grosso pela plataforma de videochamadas “Google Meet” (<https://meet.google.com/tff-msbq-fko>), na qual participaram o Pregoeiro, o Secretário Executivo e um servidor deste Consórcio Intermunicipal, dois Engenheiros Cíveis de municípios consorciados, um secretário municipal, dois representantes da pessoa jurídica SR

Equipamentos e um representante da pessoa jurídica Alfa, responsável pela assistência técnica da SR em Mato Grosso.

Em tendo sido realizado as diligências e esclarecidos todos os requisitos pendentes, inclusive quanto aos requisitos anteriormente apontados no recurso apresentado pela Recorrente, o Pregoeiro decidiu pelo aceite, com a seguinte conclusão:

*“ Assim, por todo o diligenciado, e documentos comprobatórios enviado pelo fabricante do equipamento, inclusive os relacionados ao processo de certificação do INMETRO nos dão segurança para concluir que o equipamento ofertado atende aos requisitos solicitados no edital, inclusive quanto “Integridade, Segurança e Resistência do Equipamento: objetivando assegurar a proteção e garantir a saúde, integridade física e segurança dos operadores” ao atender a norma NR-12. E, tendo a S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS cumprido com os requisitos da habilitação, **DECIDO pelo ACEITE da Proposta.**” (redação original)*

5

Diante disso, conforme sabido, houve a referida interposição recusal, a qual encontra previsão legal, especificamente ‘*in casu*’, no Artigo 4º da LOF Nº 10.520/2002 e Artigo 44 do DF Nº 10.024/2019, restando tempestiva tanto as razões recursais quanto as contrarrazões.

A Recorrente requer a desclassificação da concorrente ora licitante porque:

“ A empresa deixou de apresentar a assistência técnica autorizada localizada no Estado do Mato Grosso, conforme item 5.22.4 do Edital e item 5.4.1 do Termo de Referência.

Deixou de apresentar o certificado SIL2 dos comandos hidráulicos e eletrônicos dos equipamentos, conforme item 5.22.6 do edital e itens 3.2 e 5.3.2.1 do Termo de Referência.

Por fim, no tocante as especificações, a empresa apresentou um folder explicativo de seu processador IHM, junto a tela de comando em língua estrangeira, sem tradução, onde pode se constatar que o nível de integridade e proteção do sistema, através da vedação, é de IP 67 e não IP 67/69 como exige o edital no termo de referência. ”

Por esse arrazoado, se infere que a diligência realizada pelo Consórcio contratante permitiu a confirmação da

assistência técnica, conforme parte final do item 5.4.1.1 do Termo de Referência deste processo licitatório (Nº 04/2021).

Não obstante, ainda durante o período de diligência o Pregoeiro constatou que, embora conste no Termo de Referência deste Pregão Eletrônico (Nº 01/2021) a exigência de apresentação do certificado “SIL 2” (“*Security Integrity Level*”) para atestar um médio nível de integridade e segurança operacional do equipamento, este requisito não constou no TR aprovado no Ministério do Desenvolvimento Regional (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), o qual é o órgão concedente dos recursos do Convênio Nº 905189/2020.

Nesta toada, o equipamento “SR9000MP” ofertado pela Recorrida foi apresentado juntamente a outros dois equipamentos da Recorrente, como referencial ao Termo de Referência aprovado pela SUDAM e, por ocasião da diligência e dos documentos comprobatórios enviados pelo fabricante do equipamento (inclusive os relacionados ao processo de certificação do INMETRO), o Pregoeiro manifestou firmeza na interpretação sobre o equipamento ofertado atender aos requisitos solicitados no edital, inclusive quanto a “*Integridade, Segurança e Resistência do Equipamento: objetivando assegurar a proteção e garantir a saúde, integridade física e segurança dos operadores*”, ao atender a norma NR (Norma Regulamentadora) 12 (sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos).

E, quanto ao nível padrão IP 67/69 (em grupo, 67, 68 e 69, não somente 69, isoladamente), a diligência esclareceu “*que todo o comando é blindado com nível de segurança e proteção no padrão IP 67/69*”, dessa feita, tendo sido atendido o disposto Artigo 30 da LOF Nº 8.666/1993 em relação à qualificação técnica (comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características à realização do objeto da licitação).

A propósito, o item 24.12 do respectivo instrumento convocatório prevê autorização para não afastar licitante quando da ocorrência de desatendimento de exigências formais não essenciais, “*desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público*”, parte final esta amplamente exercida no caso versando.

A obrigatória Eficiência na Administração Pública é um Princípio de ‘status’ Constitucional, ‘in literis’ no Artigo 37, ‘Caput’ da suprema Constituição Federal (há 23a):

*“ A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) ”*, ampliou-se.

7

‘In casu’, a modalidade deste certame licitatório é o Pregão Eletrônico, cuja previsão legal não está disposta no Estatuto das Licitações e sim, especificamente na Lei Ordinária Federal Nº 10.520/2002, tendo como diferença principal dos demais tipos de licitação a inversão entre as fases interna e externa, ou seja, ao invés de primeiramente analisar a documentação de habilitação dos licitantes para depois avançar à análise das propostas como em quase todas modalidades licitatórias, no Pregão Presencial se avança diretamente às propostas para depois analisar a comprovação habilitatória.

De maneira objetiva, se expõe o Artigo 9º desta lei (cujos outros peculiares não são menos importantes):

“ Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. ”

Por sua vez, eminentemente a Lei Ordinária Federal Nº 8.666/1993 (Estatuto das Licitações) prevê os Princípios Legais do processo de licitação, ‘ex vi’ seu Artigo 3º, ‘Caput’ (há 11a):

*“ A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) ”*, destacou-se.

Se faz ‘*conditio sine qua non*’ destacar, que a importância mais poderosa dentre as fases de um processo licitatório é o Edital e não à toa, se diz que ele “faz lei entre partes”, razão pela qual ao mesmo é atribuído o nome de Instrumento Convocatório, por instrumentalizar a convocação dos partícipes e impor obrigações enquanto deveres e direitos.

Dessa feita, o Artigo 37, Inciso XXI da suprema Constituição Federal prevê neste sentido, senão veja-se:

“ XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ”, epigrafou-se.

8

No espectro infraconstitucional, se evidencia a redação do Artigo 41 da Lei Ordinária Federal Nº 8.666/1993 (de Licitações):

“ **A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e **responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis**, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. ” , grifou-se.

Imperioso consignar, que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, o qual impõe objetivamente à administração pública e ao licitante a observância das normas estabelecidas no edital (de forma objetiva), razão pela qual, o

edital é o derradeiro instrumento normativo da licitação, pois regramenta as condições específicas do certame, afunilando a Constituição Federal e as normas infraconstitucionais (legislação).

Doutrinariamente, o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União ilustra que:

*“o **instrumento convocatório é a lei do caso**, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.*

(Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416), rubricou-se.

Jurisprudencialmente, esta orientação é corroborada tanto pelo TCU quanto pelos Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), respectivamente esposados:

*“É certo que **se o edital de uma licitação fixa determinado requisito, deve-se considerar importante tal exigência**.*

*Entende-se por procedimento formal a **vinculação do certame licitatório principalmente às leis e aos editais que disciplinam todas suas fases e atos, criando para os participantes e para a Administração a obrigatoriedade de observá-los.**”*

(TCU, Tomada de Contas 010.594/2012-4, Natureza Agravo (em Representação), Entidade Agência Nacional de (04.898.488/0001-77), Interessado Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União), ampliou-se.

*“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA **VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital** de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o*

cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. ”
(STF, RMS 23640/STF), destacou -se.

*“ ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. **PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.** REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o **procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital**; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. ”*
(STJ, RESP 1178657 e no mesmo sentido RESP 595079, ROMS 17658), epigrafou-se.

‘Et cetera’, se avista que a decisão do Pregoeiro encontra juridicidade (previsão legal em várias normas, inclusive na constitucional) e que nem sob remota hipótese meramente imaginária no caso em comento se está diante de “cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”, tão pouco “tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais” (Artigo 3º, § 1º da LOF Nº 8.666/1993).

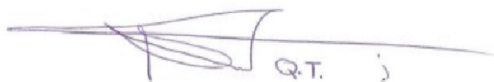
CONCLUSÃO

Ex positis, nos moldes do Artigo 38, Parágrafo Único da LL, este parecerista manifesta respeitosamente opinativo **contrário** ao Recurso Administrativo do Edital deste Pregão Eletrônico (Nº 01/2021), devendo ser mantido a decisão de aceite do Pregoeiro, submetendo este parecer à elevada apreciação da Excelentíssima Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, Senhora Gheysa Maria Bonfim Borgato.

11

Este é o parecer jurídico, salvo melhor juízo.

São José dos Quatro Marcos-MT-BRA, 22 de
abril de 2.021



QUEIROZ TELES Sociedade Individual de Advocacia
OAB-MT 2360

SILVIO QUEIROZ TELES
OAB-MT 10440



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

Assunto: **Recurso contra o Resultado do Item 3 do Pregão Eletrônico nº 0102021**

DOS FATOS:

1. Tendo ocorrido normalmente a abertura do processo licitatório nº 04/2021, Pregão Eletrônico nº 02/2021, em 30 de março de 2021. Encerrada a fase de lances e negociação, este pregoeiro suspendeu a sessão com prazo para ser retomada no dia 01/04/2021 às 10:00 horas (horário de Brasília). E no dia 1º, antes de sua retomada voltou a ser suspensa com retomada marcada para é o dia 07/04/2021 às 10:00 horas (horário de Brasília) **afim de permitir a realização de diligencias para avaliação dos equipamentos ofertados**, no que prevê os itens 11.7 , 11.11 e 12.15 do edital;

2. Quanto aos itens 1 e 2 , após análise da proposta, equipamento ofertado e documentos de habilitação concluiu-se que a Licitante Proponente dos Itens 1 e 2, atendeu os requisitos do edital quanto a habilitação e os equipamentos ofertados atendem aos requisitos do TR. No entanto, o valor final da proposta ficou acima do valor estimado no Termo de Referência, de forma que este pregoeiro, em conformidade com o item 10.3. do edital não adjudicará os itens 1 e 2 ao proponente, cuja eventual decisão de aceite caberá à Senhora Presidente nos termos do item 10.3 do edital;

3. Quanto ao **item 3 (usina de micropavimento)** com valor total estimado de R\$ 770.000,00, fora classificado para a fase de lances duas proponentes sendo: **ROMANELLI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA** com proposta inicial de **R\$ 990.000,00** que se absteve de apresentar novos lances na sessão; e **S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS** que apresentou proposta inicial de R\$ 770.000,00 e após lances e fase de negociação apresentou **proposta final de R\$ 725.000,00** (setecentos e vinte e cinco mil reais);



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIABAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

4. Para fins de análise e avaliação da proposta e equipamento ofertado, este pregoeiro pediu auxílio da Secretaria Executiva, que por sua vez requisitou apoio aos engenheiros WESLEY DE SOUSA LOPES, Engenheiro Civil RNP 241228920-4, do Município de Cáceres, e MARCIO MARIANO DA SILVA, Engenheiro Civil CREA RNP 260247512-2, do Município de Glória para análise e avaliação do equipamento ofertado pela Licitante Proponente, Usina de Micropavimento SR9000MP, passando, assim, a compor a equipe técnica de análise e avaliação como previsto no item 24.15 do edital;

5. Assim, pregoeiro e equipe técnica realizaram as diligências necessárias afim de atestar e avaliar o equipamento ofertado conforme detalhado e especificado no **relatório de diligência em ANEXO**.

6. Ressalte-se **que o aceite da Proposta** se deu exatamente após ocorrido todas as diligências e esclarecidos todos os requisitos pendentes, inclusive quanto aos requisitos apontados no recurso apresentado pela licitante ROMANELLI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, cujo relatório de diligências assim CONCLUIU:

“Assim, por todo o diligenciado, e documentos comprobatórios enviado pelo fabricante do equipamento, inclusive os relacionados ao processo de certificação do INMETRO nos dão segurança para concluir que o equipamento ofertado atende aos requisitos solicitados no edital, inclusive quanto *“Integridade, Segurança e Resistência do Equipamento: objetivando assegurar a proteção e garantir a saúde, integridade física e segurança dos operadores”* ao atender a norma NR-12. E, tendo a S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS cumprido com os requisitos da habilitação, **DECIDO pelo ACEITE da Proposta.**”

DO RECURSO:

1. Tendo, este pregoeiro decidido pelo aceite da proposta e equipamento ofertado quando da reabertura da sessão em 07/04/2021, e aberto prazo para manifestação de intenção de recursos, a proponente licitante ROMANELLI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA manifestou intenção de recurso tendo apresentado tempestivamente que abaixo copio e que ao final requer:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

Em breve síntese a empresa S.R. ROMANELLI FILHO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, no item 03, restou declarada vencedora, no entanto, deixou de cumprir vários requisitos do edital no tocante a documentos complementares a proposta e especificação do equipamento.

A empresa deixou de apresentar a assistência técnica autorizada localizada no Estado do Mato Grosso, conforme item 5.22.4 do Edital e item 5.4.1 do Termo de Referência.

Deixou de apresentar o certificado SIL2 dos comandos hidráulicos e eletrônicos dos equipamentos, conforme item 5.22.6 do edital e itens 3.2 e 5.3.2.1 do Termo de Referência.

Por fim, no tocante as especificações, a empresa apresentou um folder explicativo de seu processador IHM, junto a tela de comando em língua estrangeira, sem tradução, onde pode se constatar que o nível de integridade e proteção do sistema, através da vedação, é de IP 67 e não IP 67/69 como exige o edital no termo de referência.

Sendo assim, as razões recursais merecem ser acolhidas, devendo a decisão do pregoeiro ser revista para fim de desclassificação da empresa recorrida.

“a desclassificação da empresa S.R. ROMANELLI FILHO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA por não cumprir com os requisitos exigidos no edital, especificados acima.”

2. Por sua vez a recorrida S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, tempestivamente apresentou as CONTRARRAZÕES em sua defesa:

2.1. Sobre a questão de falta de assistência técnica no Estado de Mato Grosso, em resumo assim justificou: *“A Recorrida apresentou declaração de assistência técnica, nos exatos termos do Edital, sendo que, mediante diligência da Administração Pública, complementou as informações apresentadas,”*

2.2. Sobre a falta do Certificado SIL2, em resumo a recorrida assim justificou a seu favor:

Para que se tenha por claro, O SIL é um indicador que torna quantificável a redução de riscos somente com relação a alguns equipamentos eletrônicos, é um certificado internacional. Ocorre que tal certificado não é o instrumento exigido pelas normas brasileiras, ou mesmo o adequado para certificar o produto objeto do edital, sendo que, não aceitar a mesma comprovação através dos instrumentos efetivamente estabelecidos na Lei serviria apenas para restringir a participação de licitantes interessados.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

Importante destacar que a Recorrida, enquadrada na legislação relativa às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sujeita-se a **NORMA REULAMENTADORA – NR 12 – SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS** e também nas normas **ABNT NBR ISSO 12100:2013 – Segurança de Máquinas – Princípios gerais de projeto – Avaliação e redução de Riscos**, além da **ABNT ISSO 15998:2011 – Máquinas rodoviárias – Sistemas de controle de máquinas que utilizam componentes eletrônicos – Ensaio e critérios de desempenho quanto à segurança funcional**, bem como todas as normas brasileiras vigentes que visam assegurar não só a ausência de riscos como a adequação de TODO o equipamento, inclusive a parte eletrônica.

Como se vê, o NÍVEL DE INTEGRIDADE E SEGURANÇA DO EQUIPAMENTO, inclusive quanto aos componentes eletrônicos, restou evidenciado em pleno atendimento ao Edital, sendo esta a finalidade única da exigência.

Neste aspecto, cumpre destacar que essa administração realizou cuidadosa diligência, exigindo que a Recorrida evidenciasse o atendimento à certificação de seus equipamentos, em observância das normas em vigor, tendo recebido os laudos técnicos que evidenciaram que a Recorrida, possui não só todos os registros e certificações exigidas pelo INMETRO e demais normas em vigor, sendo que, eventual inabilitação por ausência de certificação internacional, não prevista em lei, quanto a comprovação do nível de segurança dos equipamento eletrônicos restou comprovado, seria uma ilegalidade que levaria à nulidade de todo o procedimento licitatório.

A Recorrida apresentou ainda o certificado de conformidade oriundo do CCP-Centro de Certificação de Produto LTDA exatamente como previsto no RAC da Portaria Inmetro 16/2016; apresentou **Laudos de Inspeção e conformidade de TODAS as etapas de fabricação e componentes do equipamento ofertado**, apresentou CERTIFICADO do INMETRO, comprovando a regularidade do produto nos termos da Portaria Inmetro nº 118 de 06/03/2015, Portaria Inmetro nº 252 de 03/06/2016, Portaria Inmetro nº 91 de 31/03/2009 e Portaria Inmetro Nº16 de 16/01/2016

2.3. Por último sobre a questão apresentada quanto a tela de comando do equipamento e processador IHM e seu nível de proteção e segurança, a recorrida assim se manifestou:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

Por fim, afirma a Recorrente que a Recorrida “apresentou um folder explicativo de seu processador IHM, junto a tela de comando em língua estrangeira, sem tradução, onde pode se constatar que o nível de integridade e proteção do sistema, através da vedação, é de IP 67 e não IP 67/69”, o que, na deturpada interpretação da Recorrida, deveria levar à inabilitação da Recorrente.

Inicialmente, importante ressaltar que os folders, documentos explicativos já foram alvo de diligência que esclareceu todas as dúvidas do órgão licitador. Todas as informações relativas ao processador IHM além dos comandos da tela operacional foram apresentadas de forma absolutamente clara e inteligível, não se mostrando verdadeiras as alegações da Recorrente.

Há de se pedir vênia para ressaltar que a tese em questão beira a litigância de má-fé, isso porque, a Recorrente é conhecedora que As classificações de IP (ou "Proteção de entrada") são definidas pela diretiva internacional EN 60529 (British BS EN 60529: 1992, European IEC 60509: 1989), utilizadas para definir os níveis de eficácia de vedação de equipamentos elétricos contra a intrusão de corpos estranhos, como resíduos, pó, umidade e etc. Observe-se que a própria norma esclarece que a Pretação IP 69 é fundamental para os **equipamentos com necessidades de sanitização e desinfecção por meio de métodos de lavagem como CIP (clean in place)**, com jato de vapor. Ou seja, qual seria a lógica de tal exigência de sanitização e desinfecção de um produto RODOVIÁRIO?

Também é de conhecimento da Recorrente que o IP 69 é indicado para ambiente de produção na indústria alimentar por oferecer proteção elevada, devido aos métodos de lavagem das linhas de produção, haja vista a utilização de jatos de vapor utilizados para desinfecção das linhas e equipamentos de produção. (informações disponíveis em <https://www.estevesalvescarvalho.pt/artigo/qual-a-diferenca-entre-os-indices-de-protecao-ip-/34/15> e <https://www.estevesalvescarvalho.pt/artigo/qual-a-diferenca-entre-os-indices-de-protecao-ip-/34/15>)

Importante destacar que não é verdadeira a alegação de que o IP 67 não oferece total segurança aos comandos hidráulicos e eletrônicos, pelo contrário, ele é a comprovação de que os comandos estão sob total proteção!

Inicialmente, ao estabelecer como vedação IP 67/69, o Edital ofereceu uma possibilidade de grupo, conforme classificação dos produtos e não uma exigência quanto ao IP 69, isto porque, se o fizesse, estaria agindo de forma ilegal ao extrapolar, e muito, o permitido pelo Art. 30 da Lei 8.666/93, que estabelece:

(...)

E, ao final assim solicitou:

DO PEDIDO

Para garantir o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, a empresa RECORRIDA requer seja **NEGADO PROVIMENTO ao RECURSO ADMINISTRATIVO**, com a manutenção da empresa Recorrida como vencedora do certame e com prosseguimento do processo licitatório em seus ulteriores termos.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIABAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

DA ANÁLISE E DECISÃO:

Ressalte-se que para fins de análise e avaliação da proposta e equipamento ofertado, este pregoeiro pediu auxílio da Secretaria Executiva, que por sua vez requisitou o apoio qualificado dos engenheiros WESLEY DE SOUSA LOPES, Engenheiro Civil RNP 241228920-4, do Município de Cáceres, e MARCIO MARIANO DA SILVA, Engenheiro Civil CREA RNP 260247512-2, do Município de Glória D'Oeste, ambos com vasta experiência em pavimentação asfáltica, para compor a equipe técnica de análise e avaliação como previsto no item 24.15 do edital, tendo realizado as diligências necessárias afim de atestar e avaliar o equipamento ofertado conforme detalhado e especificado no relatório de diligência em ANEXO, do qual se extrai o seguinte sobre as questões levantadas no recurso:

*5. Quanto aos requisitos da Habilitação a Licitante S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS atendeu na íntegra o item 12 do edital, e, ainda quanto ao item 5.4.1. do Termo de Referência a Proponente indicou **Assistência Técnica Autorizada no estado de Mato Grosso**, tendo apresentado a Empresa ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 13.731.784/0004-12 sediada em SINOP-MT.*

6. Já quanto ao item 5.3 GARANTIA TÉCNICA E CERTIFICAÇÃO do TR, a licitante deixou de apresentar o Certificado SIL 2, requerido no item 5.3.2.1. do Termo de Referência. Tendo apresentado na Proposta de Preço DECLARAÇÃO de que o equipamento ofertado assegura a proteção e garantia à saúde, integridade física e segurança dos operadores, atendendo a NR-12 e outras nos termos das leis de segurança vigentes.

(...)

7.2. E, ainda, durante o período de diligência nos foi possível constatar que embora conste no Termo de Referência a exigência quanto à apresentação do certificado SIL2 para atestar um nível médio de integridade e segurança operacional do equipamento, este requisito **NÃO** consta do Termo de Referência aprovado junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que é o órgão concedente dos recursos do Convênio nº 905189/2020. E que, o equipamento SR9000MP ofertado pela SR Equipamentos, foi apresentado, junto com outros dois equipamentos das fabricantes ROMANELLI e LDA, como referencial para Termo de Referência aprovado pela SUDAM.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIABAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

E, embora o Termo de Referência do Edital publicado tenha exigido um certificado específico (SIL2), este foi no sentido de assegurar que o equipamento ofertado atenda os requisitos de ***“Integridade, Segurança e Resistência do Equipamento: objetivando assegurar a proteção e garantir a saúde, integridade física e segurança dos operadores, o equipamento deverá apresentar o menor nível de falhas operacionais possíveis e evitáveis como preconizado pela NR-12”.***

Assim, por todo o diligenciado, e documentos comprobatórios enviado pelo fabricante do equipamento, inclusive os relacionados ao processo de certificação do INMETRO nos dão segurança para concluir que o equipamento ofertado atende aos requisitos solicitados no edital, inclusive quanto ***“Integridade, Segurança e Resistência do Equipamento: objetivando assegurar a proteção e garantir a saúde, integridade física e segurança dos operadores”*** ao atender a norma NR-12. E, tendo a S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS cumprido com os requisitos da habilitação, **DECIDO pelo ACEITE da Proposta.**

CONCLUSÃO:

Assim, por todo o exposto e considerando o Parecer Jurídico do Douto Assessor Jurídico, em anexo, **DECIDO pelo NÃO PROVIMENTO do recurso** apresentado pela licitante ROMANELLI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, adjudicando o item 3 do Pregão Eletrônico nº 01/2021 à S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS.



Danilo Ricardo Pivetta
Pregoeiro - Portaria 17/2021

Em anexo, parte desta decisão:

1. Relatório de diligências;
2. Parecer Jurídico.